

Lei de excesso fica eliminada

BRASÍLIA — A nova fórmula de orçamento da União, apresentada oficialmente pela Seplan, eliminará as sucessivas leis de excesso, que, com o estouro das previsões de inflação, o Executivo era obrigado a enviar ao Congresso, revisando a previsão de gastos e receitas. Como as despesas passarão a receber correção automática, o Governo, a partir deste ano, enviará apenas uma lei de excesso, em outubro, “para o ajuste final”, segundo o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

Nessa última lei de excesso, o governo aproveitará eventuais aumentos de arrecadação, reduzindo o déficit ou os cortes nos seus programas. Pelas novas regras, as dotações para pessoal passarão a reajustar-se de acordo com a URP, o pagamento da dívida interna pela OTN e o pagamento da dívida externa e contrapartida de empréstimos externos de acordo com o câmbio, a taxa de juros internacional *libor* e a variação de uma cesta de moedas que reflete o poder de compra do país no exterior. Os gastos de custeio e investimento serão reajustados, no máximo, conforme a inflação, recebendo reajustes menores se houver queda na arrecadação do governo.